

PODER

Pacheco promete avaliação

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, diz, em nota, que recebeu com “estranheza” a MP da revogação da desoneração

» EVANDRO ÉBOLI
» EDLA LULA

Jefferson Rudy/Agência Senado



Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), promete uma análise “apurada” do assunto logo no início de janeiro

A forte reação negativa do Congresso Nacional e de segmentos da economia pressionaram o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a se manifestar no fim da tarde de ontem sobre a edição da Medida Provisória do governo que reonera 17 setores da economia. O senador se referiu à iniciativa do governo como uma “estranheza” e prometeu uma análise “apurada” antes de tomar alguma decisão.

A pressão sobre Pacheco para recusar a MP e devolvê-la ao Executivo teve início na própria quinta-feira, após o anúncio feito pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, do pacote de medidas para tentar reduzir o déficit em 2024. O teor da nota emitida pelo senador indica e sugere que ele deve cessar a tramitação da MP, a não ser que se costure um entendimento com o Executivo. Diante da massa de críticas, Haddad foi aconselhado pela Advocacia-Geral da União (AGU) a estabelecer um prazo de 90 dias para a entrada em vigor da volta do pagamento de tributos pelas empresas contempladas até agora com essas benesses fiscais.

“Farei uma análise apurada do teor da medida provisória com o assessoramento da consultoria legislativa do Senado Federal. Para além da estranheza sobre a desconstituição da decisão recente do Congresso Nacional sobre o tema, há a necessidade da análise técnica sobre os aspectos de constitucionalidade da MP”, afirmou Pacheco na sua nota.

O presidente do Senado considerou também esse “contexto da reação política” à edição da MP, que, para ele, deve ser levado em conta. “De modo que também será importante reunir os líderes das duas casas para

ouvi-los, o que pretendo fazer nos primeiros dias de janeiro”, completou o senador mineiro.

E encerrou a nota afirmando que somente depois de cumprir essas etapas é que irá decidir sobre sua tramitação ou não no Congresso Nacional.

A oposição ao pacote de Haddad no Congresso abarcou desde a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) a senadores da oposição, que cobram de Pacheco a devolução da MP ao Executivo, atitude que ele já adotou, em 2021, na gestão de Jair Bolsonaro. Na ocasião, o presidente do Senado devolveu MP que alterava o Marco Civil da Internet, por entender que se tratar

de uma função do Congresso.

A FPE encaminhou ontem ofício a Pacheco solicitando a devolução da MP, documento assinado pelo presidente da frente, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA). O parlamentar pediu a “rejeição sumária” da proposta do Executivo.

“A mencionada solicitação tem como lastro a recente deliberação do Congresso Nacional que, por meio de elevada sensibilidade jurídico-constitucional direcionou seus esforços analítico e deliberativo em sentido diverso da Medida Provisória apresentada, buscando a propalada segurança jurídica”, informou o documento, ao justificar o pedido.

Passarinho argumenta que, ao reonerar a folha de pagamento, o Executivo age contra o Legislativo.

“Essa matéria foi votada este ano por duas vezes na Casa. Houve o veto. O veto foi derrubado nas duas Casas por ampla maioria, mostrando a vontade legislativa que representa a população desse país”, declarou o parlamentar.

“Precisamos preservar a autonomia e as decisões do Legislativo. Por isso, defendemos a devolução da MP e que eventuais mudanças sejam feitas por projeto de lei para que a gente possa debater. Sempre fomos bem claros que não somos contra o debate. Podemos debater, aprimorar e

melhorar, mas num amplo debate e não em uma imposição ao Legislativo”, completou.

Parlamentares

O senador Marcos Rogério (PL-RO) se alinha aos que pregam que Pacheco faça esse gesto e devolva o texto ao governo. “O governo Lula atropela o Parlamento e anula a desoneração por Medida Provisória. Presidente Rodrigo Pacheco, defenda a autoridade do Congresso Nacional e devolva a MP 1202/23, como fez com a MP que alterava o Marco Civil da Internet, do governo Bolsonaro”, defendeu Marcos Rogério.

O senador Luis Carlos Heinze

(PP-RS) também criticou a MP e afirmou que o governo “debocha” do Congresso ao publicar uma medida dessas em pleno recesso legislativo.

“O texto da MP é muito restritivo e desconsidera a desaceleração da economia. O Brasil precisa de incentivo, não de uma máquina pública inchada que gasta de forma irresponsável. A missão agora é convencer o presidente Pacheco a devolver essa MP”, defendeu Heinze.

Para o senador Plínio Valério (PSDB-AM), o governo “estica a corda” na relação com o Congresso ao agir dessa maneira.

“O governo deveria ter aberto diálogo e poderia ter enviado um projeto de lei. Dessa forma, deixa claro que não quer conversa. Eles estão extrapolando, não querem diálogo”, disse Valério.

Emprego

A FPE rebateu as declarações de Haddad, de que os setores que vêm sendo beneficiados com a desoneração não tenham gerado empregos. Segundo a frente, estudo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, mostra que, de 2018 a 2022, os setores que permaneceram com a folha desonerada tiveram crescimento de empregos da ordem de 15,5%, enquanto os que foram reonerados cresceram apenas 6,8% no período.

“Esses setores empregam, atualmente, cerca de 9 milhões de trabalhadores e a desoneração da folha de pagamentos tem um papel crucial na manutenção desses empregos”, disse Passarinho.

A frente argumenta ainda que, se concretizada a decisão do governo federal, os 17 setores que mais empregam no país podem sofrer um aumento na carga tributária, engessando o mercado, causando insegurança jurídica e colocando em risco milhões de empregos.

Setor produtivo reforça críticas contra a medida

Após a publicação da Medida Provisória 1202/2023, ontem, no *Diário Oficial da União (DOU)*, instituições representativas dos setores afetados voltaram a se manifestar contra a decisão do governo de reonerar a folha de pagamentos. Entidades do setor se uniram, inclusive, em um manifesto contra a reoneração.

Na avaliação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o governo “incorre em erro” ao editar a MP anulando a decisão do Congresso Nacional que prorrogou a desoneração da folha de 17 setores econômicos. A instituição vê desrespeito, por parte do Executivo, tanto em relação ao Legislativo quanto junto ao empresariado do setor, com quem, segundo o comunicado, não houve diálogo. “Abre insegurança jurídica, pois as áreas produtivas não sabem o que considerar, a MP ou a lei cujo teor foi publicado no DOU na última quinta-feira 28/12. A questão deveria estar pacificada, pois decorre de lei que o Executivo vetou e o Congresso derrubou o veto por ampla maioria, aponta a Fiesp.

A Associação Brasileira da

Indústria Têxtil e de Confeção (Abit) divulgou uma nova nota, ontem, criticando “a falta de lógica” expressa na MP. O setor têxtil e de confecção não foi incluído na relação de atividades econômicas contempladas com a alíquota reduzida a partir de abril, o que significa que as empresas deverão recolher a alíquota de 20%.

“A Abit lamenta a decisão e alerta para seus severos impactos sobre a produção e consequentemente sobre empregabilidade do setor, na medida em que aumentará o grau da concorrência desigual e não isonômica com fabricantes estrangeiros”, diz a nota, citando isenção concedida para as pequenas encomendas no valor de até US\$ 50, “uma renúncia fiscal difícil de compreender no momento em que se busca o tão almejado déficit zero”.

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, “repeidiu” a publicação da MP. “Decisão absolutamente equivocada e prejudicial, principalmente para

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Abit lamenta o fato de a indústria têxtil ficar de fora da redução gradual do benefício a partir de abril

mulheres e jovens em primeiro emprego”, classificou Suruagy, explicando que em torno 65% dos empregados em call center possuem este perfil. Pelas previsões da empresária, “em dois anos, deverão ser fechados 300 mil postos de trabalho somente

neste segmento”.

A Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) ressaltou que a MP 1202/2023 “ingonra amplo debate com a sociedade e com o Congresso Nacional”. Em nota, o presidente executivo da

Abicalçados, Haroldo Ferreira, reforçou que a desoneração foi aprovada duas vezes no Congresso, “após amplo debate com todos os atores sociais envolvidos, empresários, sindicatos laborais e parlamentares. A entidade informou que é signatária

da Manifestação sobre a Medida Provisória que revoga a desoneração da folha. Além da entidade, são também apoiados o manifesto várias entidades, como a Abit, a Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (Abit), Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), Associação Nacional de Jornais (ANJ), Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro), Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), entre outras.

Já o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, minimizou as reações em geral à MP. “É natural que tanto setores quanto parlamentares se posicionem”, disse Padilha à CNN Brasil. **(EL, com informações da Agência Estado)**

Prefeituras prometem pressionar governo

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) informou que estuda a Medida Provisória que reonera a folha de pagamentos de 17 setores da economia a alíquota previdenciária das prefeituras, a MP 1202/2023, publicada ontem, e avisou que vai pressionar o governo por respostas.

Ao editar a MP, a equipe econômica propôs um novo modelo para a contribuição do setor privado, a partir de uma reoneração gradual, mas não apresentou

alternativa à revogação da benesse então programada às prefeituras.

“A MP 1202/2023, assinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, retira uma importante conquista, que representaria economia de R\$ 11 bilhões ao ano para os orçamentos municipais se valesse de forma integral”, disse a CNM, em nota divulgada ontem, sobre o regime que reduziria a alíquota de contribuição de mais de 5,3 mil entes locais ao Regime Geral

de Previdência Social (RGPS).

O entendimento da entidade é de que o benefício terá vigência de apenas três meses (janeiro a março), uma vez que a MP estipula a revogação a partir de abril. “Todos os esforços serão empregados para que a União apresente, de fato, uma solução”, reforçou a confederação, classificando ainda como “questionável” que o ato tenha sido tomado no último dia útil do ano, sobre um tema “amplamente debatido

e validado pelo Congresso Nacional, surpreendendo negativamente os gestores locais”.

Ao anunciar as medidas na quinta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu que a MP não traria de imediato uma alternativa aos municípios, mas afirmou que a Secretaria de Relações Institucionais do Planalto vai iniciar uma negociação com os prefeitos no início de 2024 — ano eleitoral, o que torna a pauta ainda mais

delicada politicamente.

“A decisão do presidente Lula reforça a crise financeira, que é causada também pelos programas federais que são criados e pelas atribuições que o governo repassa aos municípios. A crise é estrutural. Não é da prefeitura, é do cidadão brasileiro, que sofre com todo o desarranjo dos últimos tempos das políticas equivocadas dos governos”, disse o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.



A decisão do presidente Lula reforça a crise financeira, que é causada também pelos programas federais que são criados”

Paulo Ziulkoski,
presidente da CNM